

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.321.025
Preferenciais	0
Total	4.321.025
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,56815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	969.810	948.406
1.01	Ativo Circulante	338.527	320.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	289.767	274.394
1.01.03	Contas a Receber	20.676	21.698
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.676	21.698
1.01.04	Estoques	393	474
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.127	793
1.01.07	Despesas Antecipadas	549	768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.015	22.555
1.01.08.03	Outros	25.015	22.555
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	24.941	22.522
1.01.08.03.03	Outros Créditos	74	33
1.02	Ativo Não Circulante	631.283	627.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	302.828	297.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17	13
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.821	7.946
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.821	7.946
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	293.871	289.261
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	293.871	289.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	119	104
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	119	104
1.02.03	Imobilizado	1.114	1.187
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.114	1.187
1.02.04	Intangível	327.341	329.213
1.02.04.01	Intangíveis	327.341	329.213
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	327.341	329.213

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	969.810	948.406
2.01	Passivo Circulante	46.316	60.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.291	4.576
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.291	4.576
2.01.02	Fornecedores	2.987	5.704
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.987	5.704
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.890	4.519
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	1.097	1.185
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.110	19.053
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.415	17.369
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.677	15.681
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.196	1.161
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	542	527
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.695	1.684
2.01.03.03.01	ISS	1.695	1.684
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	305	15.478
2.01.04.02	Debêntures	305	15.478
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	305	15.478
2.01.05	Outras Obrigações	10.952	10.101
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.439	1.160
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.224	893
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	215	267
2.01.05.02	Outros	9.513	8.941
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.087	1.763
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.320	7.177
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	106	1
2.01.06	Provisões	7.671	6.055
2.01.06.02	Outras Provisões	7.671	6.055
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	7.671	6.055
2.02	Passivo Não Circulante	689.995	686.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	598.061	597.871
2.02.01.02	Debêntures	598.061	597.871
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	598.061	597.871
2.02.02	Outras Obrigações	29.805	30.710
2.02.02.02	Outros	29.805	30.710
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	29.607	30.189
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	198	521
2.02.04	Provisões	62.129	57.995
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.530	2.298
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	977	813
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.553	1.485
2.02.04.02	Outras Provisões	59.599	55.697
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	58.894	55.003
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	705	694
2.03	Patrimônio Líquido	233.499	200.863
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04	Reservas de Lucros	125.347	92.711
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	103.716	71.080

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	87.836	79.570
3.01.01	Receita de Serviços	87.836	79.570
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.615	-26.823
3.02.01	Custos dos Serviços	-26.615	-26.823
3.03	Resultado Bruto	61.221	52.747
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.477	-5.747
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.510	-5.800
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-4.950	-5.274
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-493	-453
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-67	-73
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33	53
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	33	53
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.744	47.000
3.06	Resultado Financeiro	-3.871	-2.561
3.06.01	Receitas Financeiras	15.270	6.132
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.141	-8.693
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	51.873	44.439
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.782	-14.297
3.08.01	Corrente	-17.657	-14.996
3.08.02	Diferido	875	699
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.091	30.142
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.091	30.142
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	8,12100	6,97570
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	8,12100	6,97570

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	35.091	30.142
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.091	30.142

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.436	38.615
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.081	41.343
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	35.091	30.142
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-875	-699
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	4.028	4.036
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	1.204	697
6.01.01.06	Receita c/Juros s/Empréstimos Partes Relacionadas	-8.300	-5.424
6.01.01.07	Receitas c/ Juros s/Aplicações Vinculadas	0	-277
6.01.01.08	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0	47
6.01.01.09	Juros sobre Debêntures	16.383	7.309
6.01.01.10	Resultado Financeiro s/Ajuste a Valor Presente	1.087	219
6.01.01.11	Provisão s/Riscos Cíveis e Trabalhistas	352	736
6.01.01.12	Provisão para Manutenção em Rodovias	4.431	4.856
6.01.01.13	Outros	-320	-299
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.645	-2.728
6.01.02.01	Estoques	81	28
6.01.02.02	Contas à Receber	1.048	-899
6.01.02.03	Outros Créditos	-41	-159
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-89	877
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	219	101
6.01.02.06	Fornecedores	-3.196	-1.782
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	279	-217
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	-365	93
6.01.02.09	Obrigações Sociais	715	527
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	15.370	13.443
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-15.681	-14.770
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	105	82
6.01.02.13	Credores Pela Concessão	45	12
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-120	-87
6.01.02.15	Depósitos Judiciais	-15	23
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.246	-2.561
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-9	-9
6.02.02	Aquisição de Intangível	-1.233	-1.791
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-4	-22.140
6.02.04	Resgates Sobre Aplicações Financeiras Vinculadas	0	21.379
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.817	-47.265
6.03.01	Pagamento de Principal de Empréstimos	0	-643
6.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos	0	-49
6.03.03	Pagamento de Principal de Debêntures	0	-35.759
6.03.04	Pagamento de Juros de Debêntures	-31.366	-7.415
6.03.06	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-1.763	-1.810
6.03.07	Pagamento de Credores pela Concessão	-1.688	-1.589
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.373	-11.211
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274.394	31.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	289.767	20.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.455	0	-2.455
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.455	0	-2.455
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.091	0	35.091
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.091	0	35.091
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.636	-32.636	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	125.347	0	0	233.499

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.329	0	-2.329
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.329	0	-2.329
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.142	0	30.142
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.142	0	30.142
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.813	-27.813	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	110.363	0	0	218.515

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	95.872	86.783
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.138	82.044
7.01.02	Outras Receitas	4.734	4.739
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	3.503	3.746
7.01.02.02	Receitas Acessórias	1.231	993
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.629	-21.921
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.384	-7.050
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-588	-566
7.02.04	Outros	-13.657	-14.305
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-3.503	-3.746
7.02.04.02	Custos da Concessão	-2.860	-3.411
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-7.327	-7.201
7.02.04.04	Outros	33	53
7.03	Valor Adicionado Bruto	74.243	64.862
7.04	Retenções	-4.028	-4.036
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.028	-4.036
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.215	60.826
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.270	6.132
7.06.02	Receitas Financeiras	15.270	6.132
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.485	66.958
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.485	66.958
7.08.01	Pessoal	6.130	5.745
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.477	4.170
7.08.01.02	Benefícios	1.294	1.223
7.08.01.03	F.G.T.S.	359	352
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.018	22.686
7.08.02.01	Federais	21.370	18.502
7.08.02.02	Estaduais	43	39
7.08.02.03	Municipais	4.605	4.145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.246	8.385
7.08.03.01	Juros	16.849	7.777
7.08.03.02	Aluguéis	310	389
7.08.03.03	Outras	1.087	219
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.091	30.142
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.455	2.331
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.636	27.811

Comentário do Desempenho

Intervias



Araras, 07 de maio de 2014 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2014, período encerrado em 31 de março de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

- **Tráfego Pedagiado:** No 1T14 o tráfego pedagiado foi de 16.197 mil veículos equivalentes apresentando um aumento de 10,9% em relação ao 1T13. Esse aumento se deve basicamente ao início em 28 de julho de 2013 da cobrança de eixos suspensos pela concessionária conforme deliberação da Artesp publicada em 27 de junho no Diário Oficial de São Paulo.
- **Receita:** No 1T14 a Intervias S/A obteve uma receita bruta de R\$ 95,9 milhões. Em relação ao 1T13 houve um aumento na receita de 10,5%. A receita de obras no 1T14 ficou 6,5% menor em relação ao 1T13. A receita de pedágio cresceu 11,1% em relação ao 1T13, devido principalmente a cobrança de eixos suspensos citado anteriormente.
- **Custos e Despesas Operacionais:** No 1T14, os custos e despesas operacionais tiveram uma redução de 1,6% em relação ao 1T13. A redução de R\$ 0,5 milhão se deu em virtude principalmente de: (i) Redução das despesas administrativas em virtude da reversão das provisões das contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 0,4 milhão, fim do repasse do desconto de 50% aos usuários do sistema Sem Parar, gerando uma redução de despesas no montante de R\$ 0,3 milhão em contrapartida, houve o aumento das despesas com pessoal no montante de R\$ 0,2 milhão; (ii) Redução dos custos dos serviços prestados em virtude dos custos com ônus variável pago ao poder concedente ter sua alíquota reduzida de 3% para 1,5% no trimestre como compensação a não realização do reajuste da tarifa de pedágios, gerando uma redução no montante de R\$ 1,1 milhão, aumento nos custos com conservação no montante de R\$ 0,8 milhão e custos com pessoal no montante de R\$ 0,2 milhão; (iii) Aumento de custos com provisão de serviços de manutenção de rodovias que realizaram R\$ 7,3 milhões no 1T14, ante R\$ 7,2 milhões realizado no 1T13. As provisões para serviços de manutenção estão sendo registradas em acordo as novas normas contábeis internacionais ICPC 01. Em contrapartida (iv) Houve a redução nos custos de serviços de construção. No 1T14 foram R\$ 3,5 milhões a título de custos dos serviços de construção, sendo R\$ 0,2 milhão menor que o realizado no 1T13.
- **EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA encerrou o 1T14 em R\$ 59,8 milhões e R\$ 51 milhões no 1T13. O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o 1T14 em R\$ 67,1 milhões e R\$ 58,2 milhões no 1T13. O aumento, tanto do EBITDA, como do EBITDA ajustado, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, se deve basicamente ao aumento das receitas de pedágio, refletindo o aumento do tráfego e redução dos custos e despesas operacionais.
- **Resultado Financeiro:** A Companhia obteve um resultado financeiro líquido no 1T14 de R\$ 3,9 milhões, 48,7% menor em relação ao resultado do 4T13. As receitas financeiras no 1T14 ficaram R\$ 1,8 milhões acima do realizado no 4T13, as despesas com juros relativos à emissão de debêntures pela Sociedade tiveram um queda no valor de R\$ 1,9 milhões.
- **Lucro Líquido:** A Companhia obteve um lucro de R\$ 35,1 milhões, representando um aumento de 16,4% comparado ao 1T13, influenciado, principalmente, pelos pontos já citados anteriormente.

Comentário do Desempenho

▪ **Endividamento:** A Intervias encerrou o primeiro trimestre com um endividamento de R\$ 598,4 milhões contra R\$ 613,3 milhões no 4T13. A redução se deve ao pagamento de juros dos saldos de debêntures.

▪ **Investimentos:** Foram investidos R\$ 1,2 milhões no 1T14. Esses valores estão em conformidade com o Pronunciamento ICPC01, sendo que o Imobilizado operacional da Sociedade foi reclassificado como Intangível, passando a ser amortizado através do tráfego real mensal. Os investimentos em intervenções no pavimento das rodovias e recuperação de sinalização, consideradas “Conservas Especiais” foram transferidas do Imobilizado para custos com manutenções. Esses serviços somaram R\$ 4,1 milhões no 1T14.

▪ **Dividendos:** No 1T14 a Companhia distribuiu a título de Dividendos o montante de R\$ 1,8 milhão.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Intervias	16.197.270	17.311.982	14.601.426	-6,4%	10,9%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	95.872	104.344	86.784	-8,1%	10,5%
Receitas de pedágio	91.138	97.175	82.045	-6,2%	11,1%
Receitas de obras	3.503	6.058	3.746	-42,2%	-6,5%
Receitas acessórias	1.231	1.111	993	10,8%	24,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.036)	(8.539)	(7.214)	-5,9%	11,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	87.836	95.805	79.570	-8,3%	10,4%
CUSTOS E DESPESAS	(28.064)	(34.843)	(28.534)	-19,5%	-1,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.841)	(12.958)	(11.918)	-8,6%	-0,6%
Custo dos serv. de construção	(3.503)	(6.058)	(3.746)	-42,2%	-6,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.866)	(4.776)	(5.196)	1,9%	-6,4%
Remuneração da administração	(493)	(486)	(453)	1,4%	8,8%
Despesas tributárias	(67)	(53)	(73)	26,4%	-8,2%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.327)	(10.521)	(7.201)	-30,4%	1,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	33	9	53	266,7%	-37,7%
EBITDA	59.772	60.962	51.036	-2,0%	17,1%
Margem EBITDA	68,0%	63,6%	64,1%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(4.028)	(4.190)	(4.036)	-3,9%	-0,2%
Depreciação de imobilizado	(84)	(96)	(78)	-12,5%	7,7%
Amortização do intangível	(3.944)	(4.094)	(3.958)	-3,7%	-0,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(3.871)	(7.546)	(2.561)	-48,7%	51,2%
Receitas financeiras	15.270	13.464	6.132	13,4%	149,0%
Despesas financeiras	(19.141)	(21.010)	(8.693)	-8,9%	120,2%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	51.873	49.226	44.439	5,4%	16,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(16.782)	(16.012)	(14.297)	4,8%	17,4%
Corrente	(17.657)	(17.889)	(14.996)	-1,3%	17,7%
Diferido	875	1.877	699	-53,4%	25,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	35.091	33.214	30.142	5,7%	16,4%

Comentário do Desempenho

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
EBITDA	59.772	60.962	51.036	-2,0%	17,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.327	10.521	7.201	-30,4%	1,7%
EBITDA Ajustado	67.099	71.483	58.237	-6,1%	15,2%

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituída pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findos em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 07 de maio de 2014.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2014, os montantes de R\$440.600 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$280.283 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os

Notas Explicativas

valores referentes a 31 de março de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: bases de mensuração; moeda funcional; e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	8.004	6.249
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>7.671</u>	<u>6.055</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(333)</u>	<u>(194)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.696	7.440
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>7.320</u>	<u>7.177</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(376)</u>	<u>(263)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	863	863
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>705</u>	<u>694</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(158)</u>	<u>(169)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	70.302	66.351
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>58.894</u>	<u>55.003</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(11.408)</u>	<u>(11.348)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	34.968	35.864
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>29.607</u>	<u>30.189</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(5.361)</u>	<u>(5.675)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2014 foram implantados pela Sociedade, quando aplicável, em suas informações trimestrais de 31 de março de 2014, e não apresentam efeitos relevantes que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.333	1.346
Aplicações financeiras (*)	<u>288.434</u>	<u>273.048</u>
Total	<u>289.767</u>	<u>274.394</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	4.002	3.918
Fundos de investimentos	<u>284.432</u>	<u>269.130</u>
Total	<u>288.434</u>	<u>273.048</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 102,75% (entre 100,5 e 105,0%) da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	20.236	21.254
Cupons de pedágio a receber	<u>440</u>	<u>444</u>
Total	<u>20.676</u>	<u>21.698</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 22c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.530	2.298
Direito de concessão incorporado (b)	(18.126)	(18.453)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	66.565	61.058
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(16.917)	(13.155)
Ajuste dos encargos financeiros	(8.109)	(8.377)
Base de cálculo	<u>25.943</u>	<u>23.371</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.821</u>	<u>7.946</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo Não Circulante	
2015 (após março)	637
2016	850
2017	850
2018	850
Após 2019	<u>5.634</u>
	<u>8.821</u>

Notas Explicativas**8. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de março de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Móveis, Utensílios e <u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	3.611	84	3.695
Adições	11	-	11
Saldo em 31.03.2014	3.622	84	3.706
 <u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2013	(2.479)	(29)	(2.508)
Depreciações	(81)	(3)	(84)
Saldo em 31.03.2014	<u>(2.560)</u>	<u>(32)</u>	<u>(2.592)</u>
 <u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2013	1.132	55	1.187
Saldo em 31.03.2014	1.062	52	1.114
Taxas de depreciação - %	20	20	20

Notas Explicativas

9. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços	Direito de outorga da concessão	Direito de outorga da incorporação	Software	Intangível em andamento	Total
	(a)	(b)	(c)			
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2013	619.782	28.434	60.152	2.303	1.962	712.633
Adições	1.906	-	-	156	10	2.072
Transferências/Reclassificações	1.972	-	-	-	(1.972)	-
Alienações/baixas	(84)	-	-	-	-	(84)
Saldo em 31.03.2014	623.576	28.434	60.152	2.459	-	714.621
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(336.548)	(14.648)	(31.563)	(661)	-	(383.420)
Amortizações	(3.437)	(162)	(338)	(7)	-	(3.944)
Alienações/baixas	84	-	-	-	-	84
Saldo em 31.03.2014	(339.901)	(14.810)	(31.901)	(668)	-	(387.280)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	283.234	13.786	28.589	1.642	1.962	329.213
Saldo em 31.03.2014	283.675	13.624	28.251	1.791	-	327.341
Taxas de amortização - %	5,20	5,20	5,20	5,20	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

Notas Explicativas**10. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.03.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
3ª emissão (a)	<u>60.000</u>	CDI + 1,09% a.a.	Set./2018	<u>1.061</u>	<u>600.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
Custo de transação				<u>(756)</u>	<u>(1.939)</u>	<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>
Total				305	598.061	15.478	597.871

(a) 3ª emissão de debêntures emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 31 de março de 2014 de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
3ª Emissão	25.09.2013	<u>600.000</u>	07.10.13	<u>601.805</u>

A remuneração das debêntures da 3ª série é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	197.360
2017	197.360
2018	<u>203.341</u>
	<u>598.061</u>

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamento de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
-------------------------	-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Empréstimos:		
Mútuo Arteris S.A. (d)	24.929	22.485
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	12	33
Latina Manutenção(a)	<u>-</u>	<u>4</u>
Total	<u>24.941</u>	<u>22.522</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuo Arteris S.A. (d)	<u>293.871</u>	<u>289.261</u>
Total	<u>293.871</u>	<u>289.261</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	215	267
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	945	550
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	279	343
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	2.087	1.763
Total	<u>3.526</u>	<u>2.923</u>

Contas de Resultado:	31.03.2014			31.03.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (b) e (d)	-	8.300	540	-	5.424	334
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	3.107	-	-	1.776	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>900</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.007</u>	<u>8.300</u>	<u>540</u>	<u>1.991</u>	<u>5.424</u>	<u>334</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

Notas Explicativas

- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
20.08.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	25.788	24.332
18.09.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	97.000	61.045	57.548
04.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	4.708	4.427
17.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>52.000</u>	<u>30.259</u>	<u>28.438</u>
			<u>197.000</u>	<u>121.800</u>	<u>114.745</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2014, a sociedade reconheceu os montantes de R\$493 (R\$453 em 31 de março de 2013) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.021 e R\$1.596.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda	10.998	10.941
Contribuição social	4.679	4.740
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	391	338
Programa de integração social-PIS	213	207
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	983	954
Tributos federais retidos	151	189
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.695</u>	<u>1.684</u>
Total	<u>19.110</u>	<u>19.053</u>

Notas Explicativas

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000 . O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de março de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Circulante</u>				
Direito de outorga	6.738	6.640	7.114	6.903
Parcela variável (a)/(b)	582	537	582	537
Total	<u>7.320</u>	<u>7.177</u>	<u>7.696</u>	<u>7.440</u>

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Não Circulante</u>				
Direito de outorga	29.607	30.189	34.968	35.864
Total	<u>29.607</u>	<u>30.189</u>	<u>34.968</u>	<u>35.864</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

Notas Explicativas

- (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.
- (b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u> <u>Não</u> <u>circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	58	70

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de março de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$3.298 (R\$1.688 de parcela fixa e R\$1.610 de parcela variável).

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2015 (após março)	5.426
2016	7.235
2017	7.235
2018	7.235
Após 2019	<u>7.837</u>
	<u>34.968</u>

14. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

Notas Explicativas

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2014 são conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2014</u>
Cíveis	1.485	201	(27)	(106)	1.553
Trabalhistas	813	222	(44)	(14)	977
Total	<u>2.298</u>	<u>423</u>	<u>(71)</u>	<u>(120)</u>	<u>2.530</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$831 e R\$428, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2014 (R\$944, R\$439 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2014 são conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
SalDOS em 31.12.2013	6.055	55.003	694
Adições	-	5.583	-
Utilizações	(1.152)	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.076	11
Transferências	<u>2.768</u>	<u>(2.768)</u>	-
SalDOS em 31.03.2014	<u>7.671</u>	<u>58.894</u>	<u>705</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$4.137 (R\$15.103 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março estão demonstrados a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>31.03.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2014 a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$2.087, líquido de R\$368, referente ao imposto de renda retido na fonte.

Notas Explicativas**16. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita de serviços prestados	91.138	82.045
Receita de serviços de construção	3.503	3.746
Outras receitas	<u>1.231</u>	<u>993</u>
	<u>95.872</u>	<u>86.784</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita bruta	95.872	86.784
ISSQN	(4.594)	(4.128)
PIS	(613)	(549)
COFINS	<u>(2.829)</u>	<u>(2.537)</u>
Receita líquida	<u>87.836</u>	<u>79.570</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	3.503	3.746
Com pessoal	4.470	4.290
Serviços de terceiros	290	264
Depreciação / amortização	3.944	3.958
Custos com poder concedente	1.655	2.714
Seguros / garantias	20	22
Conservação	3.839	3.064
Provisão de Manutenção em rodovias	7.327	7.201
Outros	<u>1.567</u>	<u>1.564</u>
Total	<u>26.615</u>	<u>26.823</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	2.063	1.875
Serviços de terceiros	828	701
Depreciação / amortização	84	78
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	232	649
Seguros / garantias	398	351
Transportes	68	63
Consumo	358	351
Outros	<u>919</u>	<u>1.206</u>
Total	<u>4.950</u>	<u>5.274</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	8.300	5.424
Aplicações financeiras	<u>6.970</u>	<u>708</u>
Total receitas	<u>15.270</u>	<u>6.132</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(16.383)	(7.356)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(1.204)	(696)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.087)	(219)
Outras despesas	<u>(467)</u>	<u>(422)</u>
Total despesas	<u>(19.141)</u>	<u>(8.693)</u>

19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	841	1.745
JCP proposto e não pago	2.087	1.981

Notas Explicativas

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.873	44.439
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(17.637)	(15.109)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	835	793
Outros ajustes	<u>20</u>	<u>19</u>
Despesa contabilizada	<u>(16.782)</u>	<u>(14.297)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(17.657)	(14.996)
Diferidos	875	699

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2014, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de março de 2014.

Até a conclusão das informações trimestrais de 31 de março de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

21. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<u>Básico</u>		
Lucro(Prejuízo) líquido do exercício	35.091	30.142
Número de ações durante o ano	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro(Prejuízo)por ação - básico	<u>8,1210</u>	<u>6,9757</u>

Notas Explicativas

Diluído

Lucro(Prejuízo) utilizado na apuração do lucro básico por ação	35.091	30.142
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do Lucro(Prejuízo) diluído por ação	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro(Prejuízo)por ação - diluído	<u>8,1210</u>	<u>6,9757</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de março de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	289.767	274.394
Aplicações Financeiras	17	13
Partes relacionadas	318.812	311.783
Contas a receber clientes	20.676	21.698
Outras contas a receber	74	33

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	3.078	5.798
Debêntures	598.366	613.349
Partes relacionadas	3.526	2.923
Credores pela concessão	36.927	37.366
Outras contas a pagar	213	1

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e

Notas Explicativas

debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	13,00%	16,25%	9,75%	19,50%
Juros a Incorrer(*)	(81.827)	(99.971)	(63.423)	(117.866)
Receita de aplicações Financeiras	38.151	47.689	28.613	57.226
Receita financeira de mútuo	39.582	48.510	30.569	59.923
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(4.094)</u>	<u>(3.772)</u>	<u>(4.241)</u>	<u>(717)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$20.236 e R\$21.254, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u> (após março)	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	11,64	34.566	266.292	243.568	227.124		771.550
Outorga	4.10	4.594	6.126	6.126	6.126	6.635	29.607
Total		<u>39.160</u>	<u>272.418</u>	<u>249.694</u>	<u>233.250</u>	<u>6.635</u>	<u>801.157</u>

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

24. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
	Riscos	
Todos os riscos:	patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	35.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	149.388

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Araras, 07 de maio de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia não possui Conselho Fiscal constituído.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica